



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

PROCESSO N.º 879/2017

EDITAL

REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES.

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço GLOBAL

PREÂMBULO

O Excelentíssimo Senhor **DILADOR BORGES DAMASCENO**, Prefeito do Município de Araçatuba, torna público e para conhecimento de quantos possam se interessar que em obediência às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, fará realizar licitação, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, no regime de execução indireta, do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** para a **REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES**, nos termos previstos no item específico e nos demais anexos do presente Edital.

Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar 02 (dois) envelopes separados, devidamente fechados: um contendo a documentação exigida, conforme Cláusula Quinta deste edital e, outro contendo a proposta de preços, que serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação às **09h00min do dia 22 de Agosto de 2017**, na sala de Licitações, no Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, n.º 73 – ARAÇATUBA - SP.

A partir da data da publicação, o Edital será disponibilizado para consulta e retirada, gratuitamente, através do site: **www.aracatuba.sp.gov.br**, ou na Divisão de Licitação e Contratos, mediante apresentação CD-ROM, para cópia eletrônica do Edital, situada na Rua Coelho Neto, 73 – ARAÇATUBA – SP – nos dias úteis no horário das 08h30min às 16h30min, telefone: (18) 3607-6617/6618.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, mantendo-se o horário e local, independentemente de nova comunicação.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos, independente de transcrição:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos Requisitos de Habilitação (FORA DOS ENVELOPES - na entrega dos envelopes)

ANEXO II - Modelo para apresentação da Proposta (Envelope nº 02).

ANEXO III - Modelo de Planilha de Preços Unitários para apresentação da Proposta Comercial (Envelope nº 02).

ANEXO IV - Planilha Estimativa de Preços Unitários mensurados pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

ANEXO V - Minuta do Contrato.

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho.

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.

ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte (na hipótese da licitante ser uma ME ou EPP).

ANEXO IX – Memorial Descritivo, Projetos e demais informações técnicas.

BASE LEGAL

A presente licitação rege-se pelas normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e de forma suplementar por legislação pertinente à matéria.

O presente Edital se submete integralmente ao disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e ao artigo 34 da Lei n.º 11.488/2007, atendendo ao direito de prioridade para a **MICROEMPRESA** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** para efeito do desempate quando verificado na análise das propostas de preços.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e os demais anexos.

1. DO OBJETO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1. DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a **REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES**.

1.2. LOCAL: EMEB Joaquim Fernandes, com endereço a Rua Judith Macharet, n.º 405 – Bairro Jardim TV – Araçatuba-SP.

2. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Prazo para a Execução: 06 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato e da emissão da ordem para início da obra e dos serviços.

2.2. Prazo de Vigência Contratual: 18 (dezoito) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

2.3. Nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, os prazos poderão ser prorrogados por meio de termo aditivo, **quando solicitado em tempo hábil para as devidas análises e tramitações**, devidamente justificado e documentado. A solicitação deverá ser analisada pelo Fiscal da Obra nomeado pelo Município de Araçatuba, que atestará a legitimidade do pedido quando julgar procedente a solicitação e desde que esteja de acordo com a legislação vigente.

2.4. Havendo a expedição de ordem de paralisação ou de retomada da obra por interesse da Administração ou a pedido do contratado, desde que devidamente fundamentado e justificado, com deferimento do gestor do contrato, o período de paralisação será acrescido aos prazos de execução e de vigência, por meio de termo aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.5. **Data base do orçamento** – Planilha SINAPI Março de 2017 (preferencial), FDE Janeiro de 2017 e CPOS (169).

2.6. **Valor orçado** – o custo estimado da obra e dos serviços pelo Município, incluindo os Benefícios de Despesas Indiretas – BDI – tributos e leis sociais é de **R\$ 408.591,60 (quatrocentos e oito mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos)**.

2.6.1. **Origem dos Recursos:** Trata-se de obra contemplada com recursos do Município.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

3.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem às condições deste Edital e apresentarem os documentos nele exigidos em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo, respectivamente, os **Documentos de Habilitação - Envelope n.º 01** e **Proposta de Preços - Envelope n.º 02**, que satisfaçam as exigências do Edital e, observando-se as devidas ressalvas e benefícios conferidos às **MICROEMPRESAS** e **EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

3.1.1. As licitantes que comprovarem o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06 terão tratamento diferenciado das demais, consoante, disposições constantes nos artigos 42 a 45 do mesmo diploma legal.

3.1.2. Ter previsto no objeto ou objetivo social, atividade pertinente com o **OBJETO DA LICITAÇÃO** que for participar.

3.2. A participação na presente licitação implica em integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas no Edital e seus Anexos.

3.3. Poderão participar da presente licitação as empresas nacionais ou estrangeiras, isoladamente.

3.4. Estão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas:

3.4.1. Estrangeiras que não funcionem no País.

3.4.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, face à baixa complexidade e vulto econômico do objeto.

3.4.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de participação em licitação e com impedimento de contratar com o Município de Araçatuba, nos termos que dispõe o inciso III do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.4.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública e não reabilitadas nos termos do que dispõe o artigo 87, IV, da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

3.4.5. Enquadradas nas proibições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.4.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.5. A licitante deverá apresentar exclusivamente os documentos requeridos nos envelopes n.º **01 - HABILITAÇÃO** e n.º **02 - PROPOSTA**, conforme os requisitos solicitados neste Edital.

3.6. A presente licitação será processada e julgada pela Comissão de Licitação do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, observadas as exigências ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.7. Os envelopes “**HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA**” poderão ser:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.7.1. Entregues ou enviados pelos correios ou similar, à **Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, situada no Paço Municipal, à Rua Coelho Neto, 73 – Vila São Paulo – Araçatuba – SP**, dirigidos à **Comissão Permanente de Licitações** ou;

3.7.2. Entregues na sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes, por representantes legais devidamente credenciados por instrumento público ou particular de procuração da empresa, com plenos poderes, para tomar todas e quaisquer decisões atinentes a esta licitação, devidamente autenticado, acompanhado da respectiva Carteira de Identidade.

3.8. DO CREDENCIAMENTO:

3.8.1. Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes deverá ser apresentado o que se segue:

3.8.2. Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) Encerrada a fase de credenciamento pela Comissão de Licitação, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

e) Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.8.3. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

3.8.3.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste Edital.

3.8.3.2. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não proceda da forma estabelecida no item acima, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.8.3.3. Nos casos em que as microempresas ou empresas de pequeno porte, não estejam com o Contrato Social regularizado no enquadramento de ME/EPP, deverão apresentar **DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA** ou **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL**.

3.9. Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitações, objetivando a verificação das condições de participação e de habilitação dos interessados, serão iniciados em ato público no horário e local estabelecidos neste Edital.

3.9.1. Abertos os **envelopes nº 1** (documentação de habilitação), os documentos serão conferidos e rubricados pelos membros da **Comissão Permanente de Licitações** e também pelos representantes presentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

3.10. Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão Permanente de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso, poderá ocorrer, na sequência, a abertura dos envelopes nº 2 (proposta comercial);

3.10.1. Caso não ocorra a hipótese prevista no item 3.10, a Comissão marcará e divulgará, oportunamente, a data para a abertura dos envelopes nº 2 (proposta comercial).

3.10.2. Os **envelopes nº 2** (proposta comercial) dos licitantes Inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso, após o que serão inutilizados.

3.11. Das sessões lavrar-se-ão atas circunstanciadas nas quais serão registradas todas as ocorrências sendo, ao final, assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos representantes devidamente credenciados.

3.12. As comunicações referentes a este certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado - Poder Executivo e no jornal credenciado pelo Município e em Jornal Diário de Grande Circulação no Estado.

3.13. Fica ressalvado que a empresa licitante que se fizer representar por seu Diretor, terá substituída a credencial pela Cédula de Identidade, ou documento equivalente com foto, do mesmo desde que o nome do respectivo Diretor conste do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou de seus termos aditivos vigentes, ou ainda do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

3.14. Os documentos de credenciamento – procuração ou cartas credenciais – serão retidos pela Comissão Permanente de Licitação e juntados oportunamente ao processo.

3.15. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, nos moldes da legislação vigente.

3.16. Os documentos deverão ser apresentados no **ORIGINAL** ou por qualquer processo de **CÓPIA AUTENTICADA** por Cartório competente, pois **NÃO** serão autenticados por servidores deste Órgão no dia da licitação.

4. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME:

4.1. Todas as informações, esclarecimentos e elementos relativos a esta licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão atendidas exclusivamente quando a solicitação for efetuada por escrito, devendo ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitações e protocolada no Setor de Protocolo Geral do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** e encaminhada à Divisão de Licitação e Contratos, no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** antes da data marcada para o recebimento dos envelopes, dentro do horário normal de expediente (08h30min às 16h30min), sem efeito suspensivo.

4.1.1. A consulta como critério de aceitabilidade, deverá ser encaminhada em papel timbrado ou identificado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão Permanente de Licitação, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

4.1.1.1. Serão aceitas solicitações por intermédio do e-mail licitacao@aracatuba.sp.gov.br ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil antes da data marcada para recebimento dos envelopes, dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** (08h30min às 16h30min).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.1.2. Não serão respondidas solicitações anônimas.

4.2. A Comissão Permanente de Licitação responderá por escrito às questões pertinentes à licitação, assessorando-se das áreas técnicas quando necessário, sendo que a cópia do ofício será juntada no respectivo processo licitatório, após ter sido encaminhado para ciência da consulente e disponibilizado às demais licitantes no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** (www.aracatuba.sp.gov.br).

4.3. Não será levada em consideração nenhuma solicitação verbal, quer seja consulta, pedido de esclarecimento, reclamação ou entendimento técnico.

4.4. Caso não venha a ser formulado por empresas interessadas nenhum pedido de informação ou de esclarecimento, pressupõe-se que os elementos contidos no edital são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação, seja a que título for.

4.5. Os esclarecimentos prestados e as respostas às consultas serão disponibilizados na página da Internet www.aracatuba.sp.gov.br, sendo de responsabilidade da licitante o acompanhamento.

4.6. A impugnação ao edital deverá ser protocolizada na forma estabelecida no item 4.1, no prazo de 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

5.1. A presente licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

5.2. Os envelopes “**HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA**” poderão ser:

5.2.1. . Entregues ou enviados pelos correios ou similar, à **Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, situada no Paço Municipal, à Rua Coelho Neto, 73 – Vila São Paulo – Aracatuba – SP.**

5.2.2. Entregues na sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes, por representantes legais devidamente credenciados por instrumento público ou particular de procuração da empresa, com plenos poderes, para tomar todas e quaisquer decisões atinentes a esta licitação, devidamente autenticado, acompanhado da respectiva Carteira de Identidade.

5.3. A credencial que trata o item anterior por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes deverá ter a **FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO** e deverá estar acompanhada do documento que comprove os poderes do signatário para agir em nome da empresa.

5.4. Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma empresa licitante, sob pena de exclusão de ambas as propostas e aplicação das demais sanções legais cabíveis, nos moldes da legislação vigente.

5.5. As licitantes deverão apresentar os envelopes devidamente fechados e indevassáveis, e em seu fecho contendo na parte externa o timbre ou carimbo da licitante, onde constem, no mínimo, os seguintes elementos: razão social e endereço, devendo ser caracterizados da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ENVELOPE N.º 01 - “DOCUMENTAÇÃO”

MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES.

ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO

(Razão ou denominação social e endereço da licitante)

ENVELOPE N.º 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”

MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES.

ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA COMERCIAL

(Razão ou denominação social e endereço da licitante)

5.6. Os documentos solicitados, contidos no interior dos envelopes supramencionados deverão, preferencialmente, ser apresentados da seguinte forma:

5.6.1. Claramente identificados com este Edital, contendo todos os documentos e informações solicitadas.

5.6.2. Contendo data, CNPJ, endereço completo e razão social da licitante.

5.6.3. Como folha de rosto, dando início ao conjunto de documentos deverá apresentar índice no qual estejam relacionados os documentos ali contidos na ordem estabelecida neste Edital.

5.6.4. Ao final, de forma numérica e por extenso, deverá ser declarado o total de documentos contidos na pasta ou capa e anexos, seguindo-se termo de encerramento com o total de folhas apresentadas, devidamente autenticadas pela assinatura do representante legal da licitante.

5.6.5. Os documentos apresentados pelas licitantes deverão estar em 01 (uma) via, datilografados ou impressos, no original, em cópia autenticada ou por publicação em órgão da imprensa oficial, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, ainda que expressamente ressalvados, e expedidos com data até 60 (sessenta) dias anteriores à data estabelecida para a entrega dos envelopes, exceto aqueles que tenham prazo de validade específico ou prazo fixado neste Edital.

5.6.6. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, nos moldes da legislação vigente.

5.6.7. Aceitar-se-ão documentos emitidos via Internet, em original ou em cópia autenticada, condicionada sua aceitação à verificação da autenticidade do(s) documento(s).

5.6.8. Após a hora marcada para a apresentação dos envelopes, conforme indicado no preâmbulo deste Edital, não serão recebidas novas propostas nem permitidos adendos às já entregues.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.7. O **ENVELOPE N.º 01 - “DOCUMENTAÇÃO”** deverá conter os seguintes documentos:

5.7.1. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, (art. 28 da Lei nº 8.666/93) conforme o caso, consistirá em:

5.7.1.1. Certificado de Registro Empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG.

5.7.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado das alterações. O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e, em se tratando de ME ou EPP, também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06.

5.7.1.3. Decreto de Autorização, ato de registro ou autorização de funcionamento de órgão competente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

SE OS DOCUMENTOS REFERENTES AOS SUBITENS 5.7.1.1. a 5.7.1.3. FOREM APRESENTADOS PARA O CREDENCIAMENTO, NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE NOVA APRESENTAÇÃO NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

5.7.1.4. Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

5.7.2. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** (art. 29 da Lei nº 8.666/93) consistirá em:

5.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

5.7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

5.7.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei que deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

5.7.2.3.1. Prova de Regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais ou documento equivalente que comprove a regularidade.

5.7.2.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada ou documento equivalente.

5.7.2.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, ou documento equivalente.

5.7.2.3.3.1. Caso a licitante tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Araçatuba - SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item 5.7.2.3.3 também para com o Município de Araçatuba - SP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.7.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

5.7.2.5. Referentes à **REGULARIDADE TRABALHISTA**:

5.7.2.5.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.

5.7.2.6. As microempresas, empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.7.2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da **COMISSÃO PERMANENTE**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.7.2.6.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo facultado ao **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma dos incisos XVI e XXIII do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o art. 45, II, da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações.

5.7.3. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** (art. 30 da Lei nº 8.666/93) consistirá em:

5.7.3.1 Registro ou inscrição de profissionais ou empresas na entidade profissional competente – CREA/CAU.

5.7.3.2 Comprovação técnico-profissional da licitante: Possuir a pessoa jurídica Licitante, na data da apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade(s) técnica(s) de obras e serviços similares à Execução de obras de construção civil dos serviços iguais ou semelhantes ao exigido no Termo de Referência, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pela entidade profissional competente (CREA/CAU), através do respectivo certificado de acervos técnicos – CAT (Resolução 317/86 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Artigo 4º). A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, devidamente registrado pela entidade competente CREA/CAU, nos moldes da Súmula n.º 25¹ do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5.7.3.3. Entende-se como serviços de características semelhantes ao do objeto da licitação mencionadas acima a comprovação de serviços de Execução de obras civis, contemplando serviços de pintura, revestimentos cerâmicos, cobertura em telhas metálicas, instalações elétricas e hidráulicas e sistemas ao combate de incêndios conforme exigência do objeto. Não haverá a necessidade dos serviços serem contemplados em um único acervo.

5.7.3.4. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo ou da ata de eleição dos administradores.

5.8. A Proponente declarada Vencedora terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

¹ SÚMULA Nº 25 - Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.8.1. Prova de ter registrado o contrato junto ao CREA/CAU, bem como cópia da guia da ART/RRT, do Estado da **CONTRATANTE**;

5.8.2. A relação dos nomes e registros dos profissionais especializados em segurança e medicina do trabalho/SESMT, que acompanharão a execução da obra.

5.8.3. A obra e serviços contratados deverão obedecer às normas e especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e as constantes deste Edital.

5.8.4. A empresa proponente vencedora, não poderá subcontratar outras empresas para a execução das obras e serviços contratual.

5.8.5. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização do Município de Araçatuba, o seu inteiro critério.

5.8.6. A Empresa declarada vencedora deverá apresentar na primeira medição o Certificado de matrícula (CMA) e a cada medição a Guia de recolhimento da Previdência Social anterior (INSS). Com a apresentação do (CND) para recebimento do atestado provisório da obra.

5.9. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (art. 31 da Lei nº 8.666/93) consistirá em:

5.9.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da licitante, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data desta Licitação.

5.9.1.1 Será admitida a apresentação de Certidão Positiva de Recuperação Judicial, hipótese em que necessário se faz que o interessado demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.

5.9.1.2. Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

5.9.2. A comprovação da boa situação financeira da licitante, através dos índices contábeis usualmente aceitos e praticados no mercado, adiante especificados:

a) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)**, utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela licitante segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,0 (um):

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

b) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)**, utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela licitante segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,0 (um):

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

c) Apresentação do cálculo do **ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO (IE)**, utilizando os dados do Balanço Patrimonial. O cálculo deverá ser efetuado pela licitante segundo a fórmula abaixo, demonstrando possuir índice igual ou menor que 0,5 (zero vírgula cinco):

$$IE = \frac{PC + ELP}{AT}$$

ONDE:

PC = PASSIVO CIRCULANTE

ELP = EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

d) Os índices deverão ser calculados com duas casas decimais, arredondando-se o valor para o décimo superior mais próximo, quando a terceira casa, esteja compreendida entre 05 (cinco) e 09 (nove) e, para o décimo inferior, quando esta for inferior a 05 (cinco). O documento deverá estar assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável.

5.9.2.1. **CAPITAL SOCIAL EXIGIDO:** O Capital mínimo ou o Patrimônio Líquido da licitante deverá ser de **10% (dez por cento)** do valor orçado da Licitação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma de lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais (conforme Art. 31. parágrafo 3º da Lei 8.666/93).

5.9.3. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

5.9.3.1. A licitante deverá declarar se atende às exigências do dispositivo legal citado, apresentando a declaração devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO VI**).

5.9.4. DA MANTENÇA DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS:

5.9.4.1. As licitantes obrigam-se a manter, até a execução total do objeto, compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, com todas as condições exigidas, nos aspectos jurídicos, qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena das sanções cabíveis, para tanto deverão apresentar declaração assinada pelo representante legal.

5.9.5. Declaração de que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação, e de que se responsabiliza cível e criminalmente por todas as informações prestadas (**ANEXO VII**), e esta sendo devidamente assinada pelo representante legal.

5.10. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.10.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

5.11. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição às certidões exigidas.

5.12. As **MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** que desejarem fazer uso dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão informar sua condição de ME ou EPP, conforme **ANEXO VIII**.

5.12.1. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte que não proceda da forma estabelecida no item acima, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006.

6. DO PREÇO ESTIMADO:

6.1. **Valor Orçado:** o custo estimado da obra e dos serviços pelo Município, incluindo os Benefícios de Despesas Indiretas – BDI – tributos e leis sociais é de **R\$ 408.591,60 (quatrocentos e oito mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos)**

6.1.1. **Origem dos Recursos:** Trata-se de obra contemplada com recursos do Município

6.2. **Data base do orçamento** – Planilha SINAPI Março de 2017 (preferencial), FDE Janeiro de 2017 e CPOS (169).

7. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

7.1. Os valores ofertados na Proposta Comercial do licitante deverão conter, além do lucro, todas e quaisquer despesas, tais como: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução das obras, taxas e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, dominicais e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com o custo para a consecução do objeto desta licitação, além daquelas exigidas pelo CREA/CAU.

7.2. As medições e pagamentos serão realizados em conformidade com as cláusulas constantes da minuta do contrato, a qual integra este edital.”

8. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

8.1. O Envelope n.º 2 - “Proposta” - deverá conter em seu interior a Proposta devidamente preenchida, em papel timbrado ou identificado da empresa, de forma clara e legível, em língua portuguesa, salvo quanto às palavras técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal da empresa.

8.1.1. **CARTA PROPOSTA DE PREÇOS:** O valor financeiro da proposta deverá ser apresentado em valores monetários, correspondente à moeda vigente - Real R\$, considerando-se valor estimado pelo Município de Araçatuba, sendo: (Custo estimado pelo Município de Araçatuba \geq Proposta), mediante projeto básico anexo, com os seguintes componentes.

- a) Planilhas orçamentárias;
- b) Cronograma Físico-financeiro;
- c) Composição do BDI

8.1.2. A não apresentação de qualquer um destes itens ensejará a desclassificação da proponente licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.1.3. Os valores unitários das etapas com e sem BDI, apresentadas nas planilhas orçamentárias pelas proponentes, não poderão ser superiores ao orçado pelo Município.

8.2. A Proposta de Preço deverá conter os seguintes elementos:

a) Nome da licitante, endereço completo, número do CNPJ e n.º da Inscrição Estadual.

b) Número do presente processo licitatório.

c) O preço proposto apresentado em valores monetários correspondentes à moeda vigente (**Real R\$**), com no máximo 02 (duas) casas decimais, sendo que o valor global deverá estar grafado também por extenso. Ocorrendo divergência entre os valores prevalecerá o valor por extenso.

d) Prazo de execução da obra e serviços, conforme disposto no presente edital.

e) Indicação clara e expressa de que não haverá reajuste, conforme disposto no presente edital.

f) Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, nos moldes da Súmula n.º 10² do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devendo estar incluídos os valores dos materiais; do fornecimento de mão de obra; placa de obra; despesas extraordinárias, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle tecnológico; dos veículos e equipamentos; dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; da segurança e vigilância; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços.

g) Declaração impressa na proposta de que objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Memorial Descritivo e demais documentos anexos ao edital.

h) Planilhas Orçamentárias, tendo como modelo para apresentação a planilha de orçamento de custo unitário anexa ao presente edital.

i) Cronograma Físico-financeiro, de acordo com o previsto no presente edital.

j) As condições de pagamento de acordo com o previsto no presente edital.

k) A data base para apresentação das propostas, de acordo com disposto no presente edital.

l) Declaração impressa na proposta indicando aceitação total e irrestrita das cláusulas e condições estabelecidas neste edital.

m) A licitante deverá indicar em sua proposta o nome e/ou número do banco, o número da agência e da conta em nome da licitante, onde serão efetuados os pagamentos, caso a mesma seja vencedora do certame, ou comprometer-se a prestar tais informações no ato da assinatura do contrato ou da entrega da 1ª medição.

n) Indicação e todos os dados da pessoa responsável pela assinatura do contrato, caso a empresa seja a vencedora, sendo eles no mínimo: Nome Completo, Cargo/função exercida na empresa (Diretor, Sócio, procurador, etc.), n.º da Cédula de Identidade (RG) e da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF.

8.3. A não apresentação de qualquer um destes itens ensejará a desclassificação da proponente licitante

8.3.1. **Valores unitários:** Os valores de cada etapa da proposta apresentada pela empresa não poderão ser maiores que os valores apresentados pelo Município de Araçatuba.

² SÚMULA Nº 10 - O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

8.3.2. **Valor total:** O valor total da proposta apresentado pela empresa não poderá ser maior que o valor total apresentado pelo Município de Araçatuba.

8.3.3. **Arredondamento:** Os Valores totais de cada item devem seguir as regras de arredondamento vigentes, de forma que a soma dos valores dos itens seja igual ao valor final.

8.4. Poderão ser admitidos pela Comissão Permanente de Licitação erros de natureza formal nas propostas, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua Proposta e não comprometam o interesse público.

8.5. No tocante ao critério de aceitabilidade dos preços unitários e globais serão observadas as disposições do artigo 48, da Lei Federal n.º 8.666/93, não sendo aceito, ainda, preço unitário simbólico irrisório ou manifestamente inexecutável, nos termos do artigo 44 do Estatuto das Licitações, bem como não sendo aceitos valores unitários superiores aos mencionados nas planilhas constantes do presente processo.

9. DA ABERTURA E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

9.1. A abertura dos envelopes será realizada em 02 (duas) fases:

9.1.1. Na primeira fase será analisada a documentação do **ENVELOPE N.º 01** das licitantes.

9.1.1.1. A Comissão Permanente de Licitação analisará a documentação apresentada no **ENVELOPE N.º 01** e habilitará ou inabilitará as licitantes que atenderem ou não atenderem os requisitos de habilitação.

9.1.2. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos neste Edital ou apresentá-los de maneira incompleta, será considerada inabilitada.

9.2. Na sessão pública, a Comissão Permanente de Licitação, procederá a abertura dos **ENVELOPES N.º 01 – “DOCUMENTAÇÃO”**, rubricando o seu conteúdo, o que deverá ser feito também por todos os presentes devidamente credenciados. Ainda nesta sessão serão rubricados os **ENVELOPES N.º 02 - “PROPOSTA COMERCIAL”**, que permanecerão lacrados em poder da Comissão Permanente de Licitação.

9.3. Na segunda fase, após vencido o decurso de prazo do recurso ou desistência expressa de todas as licitantes, a Comissão Permanente de Licitação, em sessão pública devidamente agendada ou na mesma sessão (no caso de desistência expressa de recurso), analisará os **ENVELOPES N.º 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”** das licitantes devidamente habilitadas.

9.3.1. A abertura dos **ENVELOPES N.º 02 - “PROPOSTA COMERCIAL”** seguirá o mesmo procedimento da fase anterior, com o seu conteúdo rubricado pela Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes.

9.3.2. Nesta fase serão analisadas e julgadas pela Comissão de Licitação as propostas de preço, observados todos os itens e anexos deste Edital, assessorada pelo corpo técnico da unidade requisitante, caso julgue necessário.

9.4. Será considerada vencedora a licitante que, tendo atendido a todas as exigências do presente Edital, apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

9.4.1. Em caso de empate, a decisão se fará de acordo com o estabelecido no art. 3º, § 2º, incisos I, II e III, c/c §§ 2º e 3º, do art. 45, todos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

9.5. Serão DECLASSIFICADAS as propostas que:

9.5.1. Não atendam as exigências deste Edital;

9.5.2. Apresentarem preços unitários excessivos ou manifestamente inexecutáveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9.5.2.1. Para efeito de análise de preço inexecutável adotar-se-á o critério legal fixado nos §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

9.5.2.2. Para efeito de análise de preços unitários excessivos adotar-se-á o valor unitário máximo admitido pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, conforme disposto na planilha específica.

9.6. DA PARTICIPAÇÃO E DO BENEFÍCIO À MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

9.6.1. Será assegurada a preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte quando for constatado o empate. Neste caso, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a Comissão Permanente de Licitação aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa, empresa de pequeno porte.

9.6.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.6.3. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada, caso tenha manifestado o interesse de fazer uso dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, após análise das propostas e estando em condição de empate, será convocada pela Comissão Permanente de Licitação, a fim de apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, onde serão analisados os requisitos pertinentes a proposta e sendo apresentada de acordo com o solicitado no edital será o objeto licitado adjudicado em seu favor.

II – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos realizar-se-á sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.8. Somente se aplicará o critério de desempate em favor da **MICROEMPRESA (ME)** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por uma **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**.

9.9. Na hipótese de todas as licitantes serem inabilitadas ou desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para que as mesmas regularizem a documentação habilitatória ou proposta, nos termos do §3º do art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

10. DOS RECURSOS:

10.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação caberá recurso nos estritos termos do artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser observado o procedimento legal.

10.2. O prazo recursal será contado a partir da data da ciência inequívoca por parte de todas as licitantes, sendo que:

10.2.1. As licitantes poderão desistir da interposição de recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.2.2. Não havendo concordância quanto à desistência de interposição de recurso, o prazo será contado já a partir da data da própria sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, caso todas as licitantes estejam presentes ou representadas.

10.2.3. Se ausente alguma das licitantes na sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, o resultado dessa análise será divulgado por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e, a partir da data dessa publicação, se iniciará o prazo recursal.

10.3. No caso de abertura de prazo recursal referente à documentação de habilitação, deverá também ser observado que:

10.3.1. Os demais envelopes ainda não abertos (Proposta Comercial) serão rubricados pelos representantes credenciados das licitantes, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Licitações, que os guardará até decorrer o prazo e o início da próxima sessão.

10.3.2. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, será designada nova data para a sessão da abertura dos envelopes seguintes, ocasião em que serão devolvidos às participantes inabilitadas que estiverem presentes seus respectivos envelopes, devidamente lacrados.

10.4. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até seu término, vista aos autos do processo desta licitação, em local e horário a serem indicados pela Comissão Permanente de Licitações, mediante requerimento formal, devidamente protocolado no setor de Protocolo do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

10.5. O recurso será endereçado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, à própria Comissão Permanente de Licitações e protocolado junto ao Serviço de Protocolo Geral do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, situada na Rua Oscar Rodrigues Alves, n.º 295, centro, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

10.5.1. Serão aceitos recursos por intermédio do e-mail licitacao@aracatuba.sp.gov.br ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil subsequente e dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** (08h30min às 16h30min).

10.6. O prazo para interposição do recurso será de **05 (cinco) dias úteis**, findo o qual as demais licitantes serão comunicadas de sua existência, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventual impugnação a esse recurso.

10.7. Decorrido o prazo supra, a Comissão Permanente de Licitações terá até **05 (cinco) dias úteis** para manter ou reconsiderar sua decisão.

10.8. Uma vez tomada a decisão, o recurso será encaminhado à autoridade superior para homologar ou não essa decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.9. As decisões relativas aos recursos serão comunicadas diretamente aos interessados, nos moldes da legislação vigente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO:

11.1. Decorrido o prazo para julgamento de eventuais recursos, ou, ainda, caso todas as licitantes tenham desistido de sua interposição, ou, enfim, julgados os recursos apresentados, dar-se-á o encaminhamento dos autos da licitação à autoridade competente visando à homologação do procedimento e adjudicação de seu objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. **As despesas decorrentes com a realização desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias: FCV n.º 1012 CD n.º 4.4.90.5101, Funcional Programática n.º 12.365.0035-1029, da Secretaria Municipal de Educação.**

12.2. Origem dos Recursos: Trata-se de obra contemplada com recursos do Município.

13. DA ASSINATURA DO CONTRATO:

13.1. O **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, na qualidade de contratante, convocará a licitante que vier a ser declarada vencedora, nos termos e para efeitos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93, para assinar o Termo de Contrato, na sede do Município de Araçatuba, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, conforme minuta em anexo, sob pena de decair do direito à contratação, com a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2. A recusa injustificada ou atraso da adjudicatária em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas no ato convocatório, bem como na Lei Federal n.º 8.666/93.

13.3. Na hipótese da adjudicatária se recusar a assinar o Contrato, a Administração efetuará a convocação da licitante remanescente, na ordem de classificação, obedecido o disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.4. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo estipulado, a garantia contratual a que se refere este edital, sob pena de incidir nas sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.5. Vinculam-se, a Administração e as licitantes, às condições deste edital e seus anexos, bem como as cláusulas do contrato a ser assinado.

13.6. O contrato regular-se-á, em suas cláusulas pelos preceitos do Direito Público e pelo disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. A Administração poderá a qualquer momento revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado (art. 49, caput, Lei Federal n.º 8.666/93).

14.2. É facultada à Comissão Permanente de Licitações ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos documentos de habilitação ou proposta comercial (art. 43, §3º, Lei Federal n.º 8.666/93).

14.3. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as participantes.

14.4. É proibido a qualquer participante tentar impedir o curso normal do processo de licitação mediante a utilização de recursos ou de quaisquer outros meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5. A Administração se reserva o direito de, unilateralmente, desclassificar qualquer sociedade previamente habilitada e classificada caso:

14.5.1. Tenha havido qualquer tentativa de influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, a Comissão Permanente de Licitações no processo de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

14.5.2. Tenha havido comprovada falsidade ideológica, má conduta ou submissão de documentos fora das normas exigidas.

14.5.3. Venha a se enquadrar, posteriormente, em qualquer das situações impeditivas previstas neste edital.

14.6. Antes do aviso oficial do resultado desta licitação não serão fornecidas, a ninguém, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre a documentação ou propostas apresentadas.

14.7. As empresas respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo de licitação.

14.8. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação do certame, a Administração providenciará a destruição dos envelopes e documentos que não tenham sido retirados pelas licitantes não habilitadas.

14.9. Na contagem de prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observado o seguinte:

14.9.1. Serão sempre considerados dias consecutivos, exceto quando expressamente haja disposição em contrário.

14.9.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente nas dependências da Prefeitura Municipal de Araçatuba

14.9.3. O mesmo princípio será aplicado para os casos de contagem regressiva de prazos, devendo ser considerado como horário limite o fim do expediente do dia imediatamente anterior ao do final dessa contagem.

14.10. Os autos da licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo dos envelopes até sua respectiva abertura.

14.10.1. Será franqueada vista dos autos a qualquer interessado sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto na Divisão de Licitação e Contratos, mediante requerimento formal, devidamente protocolado no setor de Protocolo do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

14.10.2. Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito, onde figure claramente o nome completo e endereço de seu formulador, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa consulente e endereçada à Comissão Permanente de Licitação, acompanhada de documentação comprobatória da representatividade.

14.11. Os atos referentes a este processo poderão ser comunicados às licitantes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação e/ou Jornal Local.

14.11.1. Fica constituído como obrigação das empresas participantes o acompanhamento das publicações contidas nos meios de comunicação supramencionados e no sítio oficial do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** (www.aracatuba.sp.gov.br).

14.11.2. Ressalvadas as decisões cuja publicação na imprensa oficial seja obrigatória, a critério da Comissão Permanente de Licitações tais decisões poderão também ser divulgadas da seguinte forma:

a) nas sessões de abertura de envelopes.

b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas empresas participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

14.12. É de única e inteira responsabilidade das empresas participantes o correto e preciso fornecimento e atualização de seu endereço, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) e demais códigos de acesso dos meios de comunicação à distância a serem utilizados pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** para contato. Sendo que esta não poderá ser responsabilizada por falta de comunicação por conta de fornecimento de dados imprecisos ou falta de sua atualização.

14.13. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Permanente de Licitações, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, e, nessa situação, as decisões da Comissão serão ratificadas pela autoridade superior.

14.14. As propostas das licitantes inabilitadas que não tenham ofertado recurso administrativo ou cujos recursos administrativos tenham sido indeferidos serão devolvidas por retirada junto à Comissão Permanente de Licitação.

14.15. A Proponente declarada vencedora terá que apresentar no prazo de **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato os seguintes elementos:

a) Prova de ter registrado o contrato junto ao CREA/CAU, bem como cópias das ART/RRT e respectivas guias de recolhimentos de todos os técnicos envolvidos no trabalho, com as devidas atividades e responsabilidades indicadas na ART/RRT;

b) A relação dos nomes e registros dos profissionais especializados em segurança e Medicina do Trabalho/SESMT, que acompanharão a execução da obra.

14.16. A obra e serviços contratados deverão obedecer às normas e especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e as constantes deste Edital.

14.17. A Empresa proponente vencedora, não poderá subcontratar outras empresas para execução das obras e serviços contratuais.

14.18. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, ao seu inteiro critério.

14.19. A licitante vencedora deverá apresentar na primeira medição o Certificado de Matrícula (CMA) e a cada medição a Guia de Recolhimento da Previdência Social anterior (INSS). Com a apresentação de documento de regularidade para recebimento do atestado provisório da obra.

14.20. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei Federal 8666/1993), sendo que a **Contratada responderá pela solidez e segurança da obra e dos materiais empregados pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do Contrato, conforme art. 618 da Lei Federal nº. 10406/2002 (Código Civil).

14.21. Fica vedado o aditivo contratual em relação à quantidade dos materiais e serviços orçados no projeto básico sob a alegação de que os quantitativos não conferem com o projeto, pois a empreitada é global e considera-se que a Licitante analisou o projeto e orçamento antes de ofertar a proposta de preços (art. 619 da Lei Federal nº. 10406/2002, Código Civil).

15. DA VISTORIA TÉCNICA:

15.1. Será necessária a visita técnica no local para maior visualização das obras e serviços a serem executados. Após a visita, que deverá ser realizada por um representante credenciado pela Licitante, será emitido um atestado pelo Município de Araçatuba. Uma cópia deste atestado deverá ser anexada ao envelope de Habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

15.1.1. O agendamento da vistoria técnica supramencionada deverá ser realizado através do TEL: (18) 3607-6559, com a servidora Elza Queiroz – Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias e deverá ter acompanhamento de técnico, engenheiro ou arquiteto da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.

15.1.2. As dúvidas que porventura surgirem com relação à vistoria técnica deverão ser apresentadas por escrito, endereçadas à Secretaria Municipal de Administração do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, devidamente protocoladas no Setor de Protocolo Geral da Municipalidade, sito a Rua Oscar Rodrigues Alves, 295 – Centro, Araçatuba/SP, até **03 (três) dias** anteriores a data da abertura do **ENVELOPE N.º 01 - HABILITAÇÃO**.

15.1.3. A vistoria técnica poderá ser efetuada até 04 (quatro) dias anteriores a data de abertura do certame, e poderá ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela licitante.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL/CAUÇÃO:

16.1. Em **até 10 (dez) dias**, após a assinatura do presente Termo Contratual a **CONTRATADA** deverá apresentar a Garantia Contratual, no valor de R\$....., (.....) equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do ajuste, de acordo com o artigo 56 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.2. A garantia prestada deverá obedecer os termos da Cláusula 08 – DA GARANTIA CONTRATUAL, da Minuta do Contrato.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. A apresentação dos envelopes por si só importa na aceitação tácita, pela licitante, de todas as condições deste Edital e seus anexos, da legislação vigente e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

17.2. Decairá do direito de impugnar os termos desta licitação, aquele que a aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que teriam viciado o processo licitatório, hipótese em que tal interposição não terá efeito de recurso.

18. DO FORO:

18.1. O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Araçatuba/SP, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DLC, Araçatuba, 20 de Julho de 2017.

ARNALDO MORANDI
- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -

VISTO:

DILADOR BORGES DAMASCENO
- PREFEITO MUNICIPAL -



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação

(Papel timbrado da empresa)

A empresa _____, CNPJ nº _____,
sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que está em
situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social - INSS e o Fundo de
Garantia de Tempo de Serviço – FGTS, bem como, atende às exigências do edital quanto à
habilitação jurídica para os fins previstos na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017**.

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

A empresa,
estabelecida à, inscrita no
CNPJ sob n.º e Inscrição Estadual n.º
....., pelo presente, propõe executar os serviços objeto da licitação supra
sendo o valor global dos serviços de R\$..... (.....).

Declaramos, ainda, que:

a) O prazo de execução da obra e serviços, será de
....., conforme disposto no edital.

b) Não haverá reajuste, conforme disposto no edital.

c) Os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado, nos moldes da Súmula n.º 10 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, estando incluídos os valores dos materiais; do fornecimento de mão de obra; placa de obra; despesas extraordinárias, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle tecnológico; dos veículos e equipamentos; dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; da segurança e vigilância; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços.

d) O objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no Memorial Descritivo e demais documentos anexos ao edital.

e) Os pagamentos serão realizados em
....., de acordo com o previsto no edital.

f) A data base utilizada para apresentação das propostas é
....., de acordo com disposto no edital.

g) A validade da proposta é: 60 (Sessenta) dias corridos (respeitar limite do Edital), a contar da data da entrega do envelope nº 02 - Proposta de Preços, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial.

Indicamos, ainda:

a) Os seguintes dados bancários: nome e/ou número do banco:
....., o número da agência: e da conta:
..... em nome de nossa empresa, onde serão efetuados os pagamentos, ou comprometemo-nos a prestar tais informações no ato da assinatura do contrato ou da entrega da 1ª medição.

b) A pessoa responsável pela assinatura do contrato, será: Nome
Completo:, Cargo/função:, Cédula
de Identidade (RG) n.º: e do CPF n.º
.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Declara, outrossim, que por ser de seu conhecimento, se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas à licitação supra, bem como, às disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, que integrarão o ajuste correspondente.

Data

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome:

R.G.:

Cargo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL

Vide arquivo “**ANEXOS.RAR**”



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IV

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS UNITÁRIOS MENSURADOS PELO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

Vide arquivo “**ANEXOS.RAR**”



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO SMA/DLC Nº

REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR
CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM
SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA
MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ARAÇATUBA E A EMPRESA

“.....”

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, com sede à Rua Coelho Neto n.º 73, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 45.511.847/0001-79, doravante denominado **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, representado neste ato pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. **DILADOR BORGES DAMASCENO**, assistido pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr....., pelo Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos, o Sr....., pelo Secretário Municipal de Fazenda, o Sr....., pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, o Sr....., pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, o Sr..... e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º, com sede na rua....., na cidade de....., estado de, ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do resultado da Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017**, pelo Senhor Prefeito Municipal, pelo tipo de Licitação de **MENOR PREÇO**, regime de execução indireta na modalidade empreitada por preço global, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, de acordo com a proposta da **CONTRATADA** e edital do processo licitatório supramencionado, aos quais ficam estritamente vinculadas, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1. DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a **REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES**.

1.2. LOCAL: EMEB Joaquim Fernandes, com endereço a Rua Judith Macharet, n.º 405 – Bairro Jardim TV – Araçatuba-SP.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Prazo para a Execução: 06 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato e da emissão da ordem para início da obra e dos serviços.

2.2. Prazo de Vigência Contratual: 18 (dezoito) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

2.3. Nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, os prazos poderão ser prorrogados por meio de termo aditivo, **quando solicitado em tempo hábil para as devidas análises e tramitações**, devidamente justificado e documentado. A solicitação deverá ser analisada pelo Fiscal da Obra nomeado pelo Município de Araçatuba, que atestará a legitimidade do pedido quando julgar procedente a solicitação e desde que esteja de acordo com a legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.4. Havendo a expedição de ordem de paralisação ou de retomada da obra por interesse da Administração ou a pedido do contratado, desde que devidamente fundamentado e justificado, com deferimento do gestor do contrato, o período de paralisação será acrescido aos prazos de execução e de vigência, por meio de termo aditivo.

2.5. **Data base do orçamento** – Planilha SINAPI Março de 2017 (preferencial), FDE Janeiro de 2017 e CPOS (169).

2.6. **Valor orçado** – o custo estimado da obra e dos serviços pelo Município, incluindo os Benefícios de Despesas Indiretas – BDI – tributos e leis sociais é de **R\$ 408.591,60 (quatrocentos e oito mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos)**.

2.6.1. **Origem dos Recursos:** Trata-se de obra contemplada com recursos do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1. O valor global para os serviços ora contratados é de R\$ (.....), conforme proposta da **CONTRATADA** e demais documentos relativos ao processo licitatório que originou o presente instrumento contratual, estando incluídos os valores dos materiais; do fornecimento de mão de obra; placa de obra; despesas extraordinárias, inclusive com ensaios, testes e demais provas para controle tecnológico; dos veículos e equipamentos; dos encargos sociais e fiscais; das ferramentas, aparelhos, instrumentos e equipamentos; da segurança e vigilância; dos ônus diretos e indiretos; da administração; do lucro e de quaisquer outras despesas incidentes sobre os serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. **Das Medições:** As medições serão apresentadas mensalmente pela Contratada e protocolizadas no Protocolo Geral da Prefeitura, considerando a execução de cada etapa da obra e dos serviços, e deverão estar acompanhadas dos respectivos **RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS, MEMORIAIS DE CÁLCULOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DAS NOTAS FISCAIS E TERMOS DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS**. A medição de qualquer equipamento elétrico ou eletrônico deverá estar acompanhada da respectiva nota fiscal e do termo de garantia. No caso de algum item orçado no projeto básico ser verificado desnecessário durante a execução da obra e dos serviços, o mesmo será glosado pela Contratante e o seu valor suprimido.

4.1.1. As etapas (medição mensal) deverão ser executadas em até 30 dias, seguindo o cronograma físico financeiro apresentado pela proponente, considerando rigorosamente o prazo contratual, iniciadas a partir da emissão da Ordem de Serviço e somente será atestado e pago após análise e aprovação pelo Fiscal da Obra nomeado, que atestará o cumprimento da respectiva etapa, correspondente a execução da etapa mensal.

4.1.2. A apresentação antecipada das etapas (medição mensal) poderá ser antes dos prazos determinado, mediante disponibilidade orçamentária do município e da autorização por escrito do Fiscal da Obra e de todas as Secretarias responsáveis pelo Contrato firmado entre a empresa contratada e o Município de Araçatuba.

4.2. **Das Condições de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação da medição e seus anexos **RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS, MEMORIAIS DE CÁLCULOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DAS NOTAS FISCAIS E TERMOS DE GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS**, após a devida análise e aprovação do fiscal da obra nomeado pelo Município de Araçatuba, emissão da nota fiscal (devidamente preenchida com informações solicitadas pela SMF / nº do contrato e período da medição), e demais documentos pertinentes às obras e serviços executados.

4.2.1. Em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

4.2.2. Para liquidação da Despesa a CONTRATADA deverá apresentar as medições da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

a) Ofício endereçado ao Fiscal responsável contendo no mínimo as seguintes informações:

Ao Sr. Fiscal Responsável

(nome completo do fiscal)

Contrato nº : ____/20__

Nº do Empenho : ____/20__

Objeto: (igual ao apresentado no Contrato)

Período da medição: ____/____/20__ a ____/____/20__

Medição (relatório/comprovantes) dos serviços realizados no respectivo período dos serviços prestados nos termos proposto no Certame acompanhado dos demais documentos (planilhas, fotos, registros, memória de cálculo, etc.).

b) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, nº. da licitação, nº. do contrato, nº de empenho e observação referente a retenção do INSS e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasuras e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo fiscal;

c) relação de todos funcionários que prestam o serviço à CONTRATANTE, referente ao período de execução;

d) Certidão Negativa de Débitos (CND) junto à Seguridade Social;

e) Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social (GPS), com comprovante de quitação do mês de execução

f) Certificado de regularidade de situação (CRF) junto ao FGTS;

g) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS, com comprovante de quitação e GFIP completa, referente ao mês de execução do serviço prestado.

Todas medições serão, obrigatoriamente, protocoladas na Central de Atendimento - Atende Fácil – Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 295, Centro, Araçatuba – SP

4.2.3. Caberá ao Fiscal responsável da Secretaria requisitante, a análise minuciosa e aferição do cumprimento das exigências estabelecidas, em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA e documentos pertinentes ao serviço prestado.

4.2.4. Após analisada e atestada, a Nota Fiscal/Fatura a Secretaria requisitante, através do seu respectivo almoxarifado, lançará no Sistema de Gestão de Materiais gerando o Boletim de Recebimento de Materiais - BRM e/ou Termo Contratual.

4.2.5 Cumprida as exigências estabelecidas, O Secretário requisitante fará o encaminhamento à Divisão de Gestão de Material e Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração, respeitando o prazo para pagamento apresentado em Licitação e Termo Contratual.

4.2.6. A simples emissão de nota fiscal/fatura não torna exigível o pagamento, sendo necessário o prévio empenho e sua regular liquidação.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, inclusive financeira, que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira, indenização, etc..

4.4. Os pagamentos serão efetuados através de ordem de pagamento bancário.

4.5. A contagem do prazo de pagamento somente será iniciado com a apresentação de TODOS os documentos solicitados, junto com a Nota Fiscal/Fatura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.6. Ocorrendo atraso na liberação do pagamento, por culpa exclusiva do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** será aplicada as seguintes regras:

a) Correção Monetária: IPCA-E, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme o Artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 93/2001, ou outra que vier substituí-la;

b) Juros Moratórios: 0,50% ao mês, consoante o Artigo 1º da Lei Complementar nº 119/2002, ou outro que vier substituí-lo;

c) Multa: 0,11% ao dia, até o limite de 9,00% consoante o Artigo 1º da Lei Complementar nº 119/2002,

4.6.1. Os critérios de atualização, compensação e penalização serão aplicados quando o atraso do pagamento ocorrer **EXCLUSIVAMENTE** por conta do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

4.7. A Secretaria requisitante efetuará a verificação dos documentos apresentados e estando de acordo fará encaminhamento à Divisão de Material e Patrimônio para a respectiva liquidação, respeitando o prazo para pagamento apresentado em Licitação e Termo Contratual.

4.8. A Secretaria requisitante é a responsável pelo encaminhamento e acompanhamento do andamento do processo de pagamento até a sua efetiva liquidação. A fim de evitar qualquer penalidade indevida ao **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, ocorrendo eventuais atrasos por parte exclusiva da **CONTRATADA**, **antes da regular liquidação**, caberá a Secretaria requisitante:

a) Comunicar/notificar a **CONTRATADA** sobre a irregularidade;

b) Elaborar relatório pormenorizado sobre a ocorrência e das providências efetuadas para o saneamento;

c) Juntar os documentos comprobatórios das providências tomadas (ofício, e-mail, etc);

4.8.1. A liquidação da despesa será efetuada estritamente nos termos apresentados seguindo rigorosamente o prazo de pagamento pactuado, indicando a data de vencimento da **NOTA DE LIQUIDAÇÃO**.

4.9. Os documentos deverão ser protocolizados no "ATENDE FÁCIL" do Município de Araçatuba.

4.10. Ao término do prazo de vigência Contratual, não havendo prorrogação, a **CONTRATADA** ao requerer o pagamento da última medição, deverá anexar, obrigatoriamente, ao seu requerimento, os documentos citados no subitem 4.2.2 ("a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g"), referente ao período de execução do serviço, sem o qual não será efetuado o último pagamento, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira, indenização, etc.

4.11. Os documentos do subitem 4.2.2., alíneas "a" a "g", deverão ser referente ao período de execução dos serviços.

4.12. Os documentos do subitem 4.2.2. que, na oportunidade da apresentação da medição, não tiverem sido recolhido o produto arrecadado ou apresentado a guia e informações, devido as prerrogativas do Decreto nº 3.048/99, deverão ser apresentados conforme solicitado, com a referência do mês de recolhimento anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES:

5.1. Os preços contratados e das respectivas etapas a serem fixadas em contrato não sofrerão reajustes.

5.1.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, será obtida mediante solicitação da **CONTRATADA** ao **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, nos moldes da legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.2. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES:

6.1. Se na realização da licitação ou na formalização ou execução do contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplência contratual de que possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, ficará, conforme o caso, incurso nas penalidades e sanções de:

I – advertência, através de ofício, sempre que forem constatadas irregularidades para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente, situação que será registrada no Cadastro de Fornecedores do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

II – multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, salvo disposição contrária estipulada no presente edital.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

V - multa de 10% (dez por cento) do valor total da obra, na hipótese da não apresentação da Certidão Negativa de Débito – CND ou GIP específica, demonstrando situação regular nos cumprimentos dos encargos sociais instituídos por lei (FGTS e INSS), no momento da apresentação de cada medição, podendo ser aplicada conjuntamente com as sanções dos incisos III ou IV desta cláusula.

6.2. Ressalvada a hipótese de força maior, conforme conceituada no item 6.3 desta cláusula, a inexecução parcial ou total das obras e serviços objeto desta licitação, nos prazos fixados em cronograma aprovado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obra.

6.3. Entende-se por motivo de força maior, para efeitos de penalidades e sanções, o ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreição levantada, epidemias, avalanches, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados, ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer parte interessada que, mesmo diligentemente, não se consiga impedir sua ocorrência, excluídas a greve trabalhista por ser direito do trabalhador.

6.4. A **CONTRATADA** deverá comunicar o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, os fatos de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos de sua verificação, e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

6.5. O **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, dando, por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

6.6. O pagamento da multa será efetivado no prazo máximo de **até 10 (dez) dias** consecutivos, contados da data em que ocorrer o ilícito motivador da penalidade, sendo respeitado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação da aplicação da multa, para efeito de recurso devolutivo, e, no caso em que não ocorra o pagamento no prazo fixado neste item, nem recursos, ou após os recursos, sendo estes denegados, a multa será reajustada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

6.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, e subsidiariamente, da garantia contratual, ou cobrada judicialmente.

6.8. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 6.1 desta cláusula poderão também ser aplicadas conjuntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.9. A sanção prevista no inciso IV do item 6.1 desta cláusula é de competência exclusiva da Autoridade Superior, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de abertura de vista.

6.10. As sanções previstas nos incisos III e IV do item 6.1 desta cláusula poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA** que, em razão desta licitação:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

II - praticar atos ilícitos, visando a frustrar o objetivo desta licitação.

III - demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, em virtude de atos ilícitos anteriormente praticados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

7.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da aplicação das sanções previstas no contrato, na forma do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as consequências contratuais previstas neste Edital.

7.2. Constituem motivos para a rescisão do contrato:

7.2.1. O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos.

7.2.2. O cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos.

7.2.3. O atraso injustificado do início da execução do contrato.

7.2.4. A lentidão da execução do contrato, levando o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** a presumir a não conclusão das obras e serviços nos prazos estipulados.

7.2.5. A paralisação da execução do contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação e autorização do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

7.2.6. A subcontratação total ou parcial da execução do contrato; a cessão ou transferência total ou parcial do contrato.

7.2.7. O desatendimento das determinações regulares do gerente do contrato do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, bem como dos seus superiores hierárquicos.

7.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do contrato, anotadas na "Caderneta de Ocorrências" do contrato.

7.2.9. No caso de a **CONTRATADA** encontrar-se em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.2.9.1. No caso de a **CONTRATADA** encontrar-se em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

7.2.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.

7.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.2.12. O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência da **CONTRATADA**.

7.2.13. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

7.2.14. A supressão, por parte do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, de obras e serviços, acarretando modificação do valor inicial contratado, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) previstos em lei, desde que as supressões não sejam resultantes de acordo celebrado entre as partes. (art. 65 - § 2º - inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93).

7.2.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesse caso, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

7.2.16. A não liberação, por parte do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, da área, local ou objeto para a execução do contrato, nos prazos contratuais.

7.2.17. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

7.2.18. O atraso superior a 90 (noventa) dias consecutivos dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, decorrentes de obras e serviços já medidos, verificados, classificados ou conferidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, assegurando ao contratado, nesse caso, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

7.3. A rescisão do contrato poderá ser:

7.3.1. Determinada por ato unilateral, e escrito do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, nos casos enumerados nos itens 7.2.1 a 7.2.13.

7.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

7.3.3. Judicial, nos termos da legislação processual.

7.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Superior.

7.5. No caso de haver rescisão motivada pelo que se expressa o item 7.2.13 desta cláusula, a **CONTRATADA** será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda direito a:

7.5.1. Devolução da garantia contratual.

7.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

7.6. A rescisão contratual motivada por qualquer das condições definidas no item 7.2.1 a 7.2.12 desta cláusula, acarreta as seguintes consequências para a **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Oitava deste edital:

7.6.1. Assunção imediata, pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato da própria Autoridade Superior.

7.6.2. Ocupação e utilização do local, pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, das instalações, materiais empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade.

7.6.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** e dos valores das multas e indenizações a ela devidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.6.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

7.7. A aplicação das medidas prevista nos itens 7.6.1 e 7.6.2 fica a critério do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, que poderá dar continuidade as obras e serviços objeto desta licitação, por execução direta ou indireta, neste último caso o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, em consequência de rescisão contratual de que trata o item 7.6 poderá, desde que atendida a ordem de classificação desta licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, vir a efetivar a contratação do remanescente das obras e serviços objeto desta licitação.

7.8. O **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** poderá, a seu exclusivo juízo, em caso de recuperação judicial ou extrajudicial, manter o contrato, assumindo o controle de determinadas atividades necessárias a sua execução.

7.9. Na hipótese da ocorrência do que expressa o item 7.6.2 desta cláusula, o ato de ocupação será precedido de autorização expressa da Autoridade Superior.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

8.1. Em **até 10 (dez) dias**, após a assinatura do presente Termo Contratual a **CONTRATADA** deverá apresentar a Garantia Contratual, no valor de R\$....., (.....) equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do ajuste, de acordo com o artigo 56 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.2. A exigência da garantia de execução do contrato será apresentada nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante toda execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, nos mesmos termos, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do contrato;

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “b”;

d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do contratante, que será indicada na oportunidade da assinatura do Contrato;

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) o garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

h) a garantia será considerada extinta:

1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

2. após o término da vigência do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

i) o contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

1. caso fortuito ou força maior;

2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

3. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

j) não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea “i”; e

k) A garantia prevista no Contrato somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

8.3. Em caso de alteração contratual, a CONTRATADA deverá promover a complementação da garantia, bem como, se for o caso, de sua respectiva validade, de modo a que o valor da garantia corresponda sempre ao percentual de 5% do valor contratual e seu período de validade seja sempre o determinado nesta Cláusula.

8.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, e não rescindido o contrato, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.5. A garantia Contratual deverá ser apresentada nos termos desta Cláusula e, em hipótese alguma, será aceita garantia “*pro rata temporis*”.

8.6. **DA GARANTIA ADICIONAL:** Da **CONTRATADA**, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as mesmas modalidades indicadas no §1º do art. 56 da citada Lei, igual à diferença entre aquele “menor valor” e o valor da correspondente proposta.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA: Sem que a ele se limite sua responsabilidade, será a Administração Pública responsável pelos seguintes itens:

9.1. Designar um Técnico responsável pela fiscalização das obras e serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

9.2. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços.

9.3. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, podendo, a qualquer tempo, exigir relatórios parciais do trabalho desenvolvido.

9.4. Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA**, à vista das Notas Fiscais/Faturas na forma e nos prazos fixados.

9.5. Garantir à **CONTRATADA** acesso à documentação técnica necessária (plantas de cadastro, etc.).

9.6. Garantir à **CONTRATADA** o acesso necessário à suas instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A **CONTRATADA** deverá obedecer a normas e especificações, na forma da Lei, bem como respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

10.2. A **CONTRATADA** deverá comparecer, sempre que solicitada, à Sede do Município de Araçatuba, em horário por este estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências, incidindo a **CONTRATADA** no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada em contrato;

10.3. A **CONTRATADA** deverá respeitar todas as leis e as normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município onde será realizada a obra, que são parte integrante deste contrato, incidindo a **CONTRATADA** no caso de não atendimento desta exigência, na multa estipulada em contrato.

10.4. A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente manter no local da Obra a “**Caderneta de Ocorrência**”, que deverá ficar a disposição da Fiscalização para anotações de todas as ocorrências da obra;

10.4.1. A **Caderneta de Ocorrência** deverá ser periodicamente preenchida pelo encarregado da Obra (Engenheiro/Arquiteto), informando os serviços diários executados, as ocorrências que por ventura ocorrerem, o número de funcionários e suas funções, os dias que ocorreram precipitações, e demais informações referentes à obra, e deixar à disposição da Fiscalização para anotações das ocorrências e orientação pertinente à obra.

10.4.2. À **CONTRATADA** estabelece-se a presunção de que tenha ciência de pleno e cabal conhecimento de todos os termos de qualquer registro que venham a ser feito na “Caderneta de Ocorrência”, dando ciência a contratante no que couber e observando possíveis solicitações da fiscalização, sendo que essas últimas deverão ocorrer com assinatura do fiscal na caderneta.

10.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, o objeto do Contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei Federal 8666/1993), sendo que a **Contratada responderá pela solidez e segurança da obra e dos materiais empregados pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do Contrato, conforme art. 618 da Lei Federal nº. 10406/2002 (Código Civil).

10.6. A **CONTRATADA** deverá comunicar à fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da Ordem de Início dos Serviços, o preposto com formação compatíveis com a obras e serviços contratados, que, uma vez aceito pelo Município de Araçatuba, representará na execução do contrato.

10.6.1. O Preposto não poderá ser substituído sem previa anuência do Município de Araçatuba;

10.6.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar a relação da Equipe de Trabalho, composta por Engenheiros/Arquitetos e demais funcionários pertinente aos serviços a serem desenvolvidos, com seus respectivos documentos comprobatórios de suas competências;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.6.3. A **CONTRATADA** deverá manter durante a execução dos serviços um técnico responsável pela obra, indicar o técnico de segurança do trabalho e manter na obra relação de todos os funcionários com suas respectivas funções;

10.6.4. A equipe de trabalho da **CONTRATADA** deverá ser devidamente aceita pelo fiscal de obra e da Secretaria Municipal de Educação, que poderá solicitar substituição de qualquer membro da equipe que julgar necessário para o melhor andamento dos trabalhos.

10.6.5. Toda equipe da **CONTRATADA** deverá estar devidamente identificada e uniformizada, de forma a facilitar a identificação dos funcionários da contratada.

10.6.6. Todos os funcionários da **CONTRATADA** deverão estar devidamente equipados com trajes, e acessórios, que garantirão a sua segurança e integridade.

10.6.7. Serão, ainda, de responsabilidade da **CONTRATADA** as obrigações decorrentes de acidentes do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação de qualquer natureza, pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; bem como pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução dos trabalhos, com o seguro de acidentes de seus empregados, bem como, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais;

10.6.8. A **CONTRATADA** deverá adotar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes vigentes, devendo cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive o Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como Legislação Complementares, Portarias e Normas Regulamentadoras pertinentes e atender as demais normas legais;

10.6.9. O canteiro de obra deverá ser devidamente sinalizado pela **CONTRATADA** de forma que evite qualquer acidente em decorrência da falta de informação, tanto dos seus operários como de toda população.

10.7. A **CONTRATADA** deverá executar eventuais serviços não constantes do Edital, mas inerentes à natureza da obra contratada, quando previamente aprovados pelo Município de Araçatuba, através de Processo Protocolado no Protocolo Geral do Município de Araçatuba, com a Justificativa, com as Planilhas Orçamentárias, Memória de Cálculo e Cronograma dos serviços extras os quais deverão ser analisados e autorizados pelo Fiscal da Obra e da Secretaria Municipal de Educação e devidamente aditados do Contrato, conforme a Lei Federal nº 8666/93.

10.8. Está incluso nos custos da **CONTRATADA**, qualquer gastos referentes aos levantamentos, laudos, licenciamentos, sondagens, deslocamentos, estadias, alimentações, cópias, impressões, equipamentos, taxas de qualquer natureza, e outras relacionadas ao trabalho contratado.

10.9. Quando houver a necessidade de pedido de prorrogação de prazo (execução ou contrato), a **CONTRATADA** é responsável, através de Processo Protocolado na PMA, com a(s) Justificativa(s) e Cronograma da Obra, os quais deverão ser analisados e autorizados pelo Fiscal.

10.10. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.11. Todos os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade, obedecer às especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do projeto aprovados pela fiscalização antes de sua utilização. Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material específico deverá ser solicitada a sua substituição a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço.

10.11.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer todo material, transporte e equipamentos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos contratados, bem como se responsabiliza pela manutenção e segurança dos materiais e equipamentos utilizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.11.2. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será da **CONTRATADA**, em decorrência do que não poderá a mesma solicitar prorrogações de prazo e nem justificar retardamento na conclusão dos serviços pelo fornecimento deficiente de materiais.

10.11.3. A **CONTRATADA** é responsável pela guarda e manutenção da obra, equipamentos e materiais até o recebimento provisório da obra.

10.11.4. Caberá à **CONTRATADA** fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado, bem como contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros/arquitetos que possam assegurar o progresso satisfatório e seguro das obras e serviços contratados.

10.11.5. A **CONTRATADA** será obrigada a facilitar a fiscalização dos materiais, da execução dos serviços contratados, facultando a fiscalização a qualquer hora, o acesso a todas as partes das obras contratadas. Deverá, também, facilitar a fiscalização em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem materiais destinados à construção, serviços ou obra em preparo.

10.12. Os trabalhos desenvolvidos e contratados não poderão ser repassados e utilizados por terceiros, se a prévia autorização da contratante.

10.13. A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude os serviços realizados bem como assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município de Araçatuba ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público de qualquer responsabilidade.

10.14. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras e serviços até o limite de 25% (Vinte e Cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme dispositivo no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/93.

10.15. Todos os trabalhos desenvolvidos deverão ser entregues em relatórios, laudos e medições em vias impressas e com cópias em mídias, devidamente abertas para a utilização do município das informações e dados levantados, quando julgar necessários;

10.16. A **CONTRATADA** deverá ceder todos os direitos patrimoniais das informações levantadas, e o Município de Araçatuba terá todos os direitos das informações relativos ao trabalho contratado.

10.18. Após a realização dos serviços de adequações para a obtenção do AVCB, a **CONTRATADA** deverá solicitar à Fiscalização da Contratante que se faça o pedido de vistoria e aprovação junto ao corpo de bombeiros para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Os serviços objeto do contrato só serão considerados finalizados após a obtenção do AVCB emitido pelo Corpo de Bombeiros.

10.19. A **CONTRATADA** deverá apresentar após o término dos trabalhos contratados, o projeto final como executado (As Built), caso no decorrer da execução houver modificação do projeto original.

10.20. Todo equipamento instalado deverá possuir garantia mínima de 01 (um) ano. Os termos de garantia do fabricante deverão ser conforme Lei Federal n.º 8078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e entregues ao fiscal após sua instalação.

10.21. A **CONTRATADA** deverá providenciar o desligamento do padrão de entrada de energia existente e a ligação do novo padrão de entrada (junto à concessionária de energia elétrica CPFL), e o laudo que ateste a qualidade do aterramento do SPDA – $R < 10\Omega$ (ohm).

10.22. A **CONTRATADA** caberá a responsabilidade das instalações provisórias no local de execução dos serviços, inclusive e estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender as necessidades dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

10.23. O canteiro de obra deverá ser devidamente sinalizado pela CONTRATADA de forma que evite qualquer acidente em decorrência da falta de informação, tanto de seus operários como de toda população.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO: Em se tratando de obras e serviços, executado o contrato, o seu objeto será recebido:

11.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante a Certidão de Conclusão de Obra, assinado pelas partes, tendo o **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da expedição da Certidão de Conclusão de Obra, para lavrar o Termo de Recebimento Provisório.

11.1.1. A Certidão de Conclusão de Obra somente será lavrada se todos os serviços estiverem concluídos e aceitos após vistoria efetuada pelo Fiscal da obra do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, conforme designado e, quando em contrário, será lavrado Termo de Não Recebimento, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a **CONTRATADA**, depois de atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento da obra.

11.2. Definitivamente, pelo fiscal da Administração ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, e vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.2.1. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido após a apresentação, pela **CONTRATADA**, da CND - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, ressalvados os casos previstos, em que a **CONTRATADA** deverá apresentar a GFIP específica, conforme Instruções Normativas do INSS, acompanhada do comprovante de recolhimento do valor devido para o INSS.

11.3. Qualquer falha na execução do contrato deverá ser prontamente reparada pela **CONTRATADA**, estando sujeita ainda às penalidades indicadas no contrato.

11.4. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, cabe RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos de:

a) Rescisão do contrato e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da comunicação pelo **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**.

b) Suspensão temporária, contado da publicação do ato no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

12.2. No caso específico da aplicação da pena de declaração de inidoneidade esta somente poderá ser aplicada pela autoridade superior, dela cabendo o **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da publicação do ato no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

12.3. O recurso será endereçado, em **ORIGINAL** ou através de **CÓPIA AUTENTICADA**, à autoridade competente e protocolado junto ao Serviço de Protocolo Geral do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, situado na Rua Oscar Rodrigues Alves, 295, Centro, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a representatividade do representante legal que assinou os mesmos.

12.3.1. Serão aceitos recursos por intermédio do e-mail (licitacao@aracatuba.sp.gov.br) ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do **ORIGINAL** ou da **CÓPIA AUTENTICADA** por cartório competente, no prazo máximo de 01 (um) dia útil subsequente e dentro do horário de expediente do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** (08h30min às 16h30min).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CONTRATO:

13.1. O **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA** convocará a **CONTRATADA**, nos termos e para efeitos do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93, para assinar o presente Contrato, nas dependências da Prefeitura Municipal de Araçatuba, sito à Rua Coelho Neto, n.º 73, na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, com a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2. A recusa injustificada ou atraso do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas no ato convocatório, bem como a Lei Federal n.º 8.666/93.

13.3. Na hipótese do adjudicatário se recusar a assinar o Contrato, a Administração efetuará a convocação da licitante remanescente, na ordem de classificação, obedecido o disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo estipulado, a garantia contratual a que se refere este edital, sob pena de incidirem nas sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.5. Vinculam-se, a Administração e a **CONTRATADA**, as condições do edital e seus anexos, bem como as cláusulas do presente instrumento contratual.

13.6. O contrato regular-se-á, em suas cláusulas pelos preceitos do Direito Público e pelo disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. A **CONTRATADA** terá que apresentar, no prazo de **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato, os seguintes elementos:

a) Prova de ter registrado o contrato junto ao CREA/CAU, bem como cópias das ART/RRT e respectivas guias de recolhimento, de todos os técnicos envolvidos no trabalho, com as devidas atividades e responsabilidades indicadas na ART/RRT;

b) A **CONTRATADA** não poderá subcontratar outras empresas para a execução dos serviços contratuais;

c) A relação dos nomes e registros dos profissionais especializados em segurança e Medicina do Trabalho/SESMT, que acompanharão a execução da obra.

14.2. A obra e serviços contratados deverão obedecer às normas e especificações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e as constantes deste Edital.

14.3. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, ao seu inteiro critério.

14.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar na primeira medição o Certificado de Matrícula (CMA) e a cada medição a Guia de Recolhimento da Previdência Social anterior (INSS). Com a apresentação de documento de regularidade para recebimento do atestado provisório da obra.

14.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art. 69 da Lei Federal 8666/1993), sendo que a **Contratada responderá pela solidez e segurança da obra e dos materiais empregados pelo prazo irredutível de 05 (cinco) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do Contrato, conforme art. 618 da Lei Federal n.º 10406/2002 (Código Civil).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

14.6. Fica vedado o aditivo contratual em relação à quantidade dos materiais e serviços orçados no projeto básico sob a alegação de que os quantitativos não conferem com o projeto, pois a empreitada é global e considera-se que a Licitante analisou o projeto e orçamento antes de ofertar a proposta de preços (art. 619 da Lei Federal nº. 10406/2002, Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:

15.1. Toda a obra executada pela **CONTRATADA** será fiscalizada por prepostos credenciados do **MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA**, obrigando-se a **CONTRATADA** a assegurar livre acesso aos locais de serviço e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente sua função, sendo que a fiscalização terá poder de embargo da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REGULARIDADE COM O INSS:

16.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar na primeira medição o Certificado de Matrícula – CMA, a regularidade com o INSS será comprovada em conformidade com a cláusula Décima Primeira, na oportunidade da emissão do Termo de Recebimento Definitivo com apresentação, pela **CONTRATADA** da CND Certidão Negativa de Débitos do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, ressalvados os casos previstos, em que a **CONTRATADA** deverá apresentar a GFIP específica, com o código 150 ou 907, conforme Instruções Normativas do INSS, acompanhada do comprovante de recolhimento do valor devido para o INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. As despesas decorrentes do presente instrumento contratual correrão por conta das fontes de recurso conforme codificado para o exercício, como segue: FCV n.º 1097, Elemento de Despesa: 4.4.90.5101, Classificação Funcional Programática: **FCV n.º 1013 CD n.º 4.4.90.5101 - Funcional Programática n.º 12.365.0035-1029**, da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Araçatuba, SP, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste Contrato. Assim estando justos e pactuados, assinam as partes este Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam os jurídicos e legais efeitos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DLC, Araçatuba, de de 2017.

DILADOR BORGES DAMASCENO
- PREFEITO MUNICIPAL -

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS -

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA -

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO -

- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO -

- CONTRATADA -



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

CONTRATADA: _____

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017 - CONTRATO N.º ____/2017

OBJETO: REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES.

Na qualidade de **CONTRATADA** e de **CONTRATANTE**, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Araçatuba, de _____ de 2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

Nome e Cargo: DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL -

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

CONTRATADA:

Nome e Cargo: _____ - Representante Legal -

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CADASTRO DOS SIGNATÁRIOS DO PRESENTE INSTRUMENTO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA

CONTRATADA: _____

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017 - CONTRATO Nº ____/2017

OBJETO: REFORMA, INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS E ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOAQUIM FERNANDES.

Nome	DILADOR BORGES DAMASCENO
Cargo	Prefeito Municipal
RG n.º e CPF	
Endereço Residencial (*)	
Endereço Comercial	
Telefone	
Email institucional	

Nome	
Cargo	Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
RG n.º	
Endereço Residencial (*)	
Endereço Comercial	
Telefone	

Nome	
Cargo	
RG n.º	
Endereço Residencial (*)	
Endereço Comercial	
Telefone	

Nome	
Cargo	
RG n.º e CPF n.º	
Endereço Residencial (*)	
Endereço Comercial	
Telefone	
e-mail	

(*) Não deve ser o endereço do Órgão/Poder. Deve ser o endereço onde poderá ser encontrado, caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

(Aditamento aprovado pela Resolução 06/06 – D.O.E. de 17/08/06)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

A Firma/Empresa _____ Ref.:
(identificação da licitação) _____, inscrito no CNPJ n.º _____, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

SIM () OU NÃO ().

.....

(data)

.....

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Ref: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nºDECLARA, para fins do disposto
no § 2º do artigo 32 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não está impedida de participar de licitações ou
contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea
pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da
legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua
regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste
procedimento possa decorrer.

.....
(data)

.....
(assinatura do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DA LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 009/2017

(Nome da empresa), CNPJ/MF N.º, sediada (endereço completo), declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação desta licitação, que estou(amos) sob o regime de tributação de microempresa, empresa de pequeno porte, para efeito de participação no presente certame, conforme disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

(local e data)

(nome e número da carteira de identidade do declarante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

Secretaria Municipal de Administração
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ANEXO IX

MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS BÁSICOS E DEMAIS INFORMAÇÕES TÉCNICAS

vide arquivo “ANEXOS.RAR”